



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Brasília, 18 de outubro de 1961.

No Palácio do Planalto, ao receber, em audiência especial, uma comissão de senhoras, representantes de várias entidades nacionais.

Ouvi com profundo respeito e atenção as palavras contidas nos discursos pronunciados pelas dignas representantes de organizações de donas de casa de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara, aqui presentes, e nos memoriais que me entregaram, com mais de 100 mil assinaturas, alusivos à situação difícil em que vivem as donas de casa, os trabalhadores e o povo em geral, em face da elevação do custo de vida no País.

Antes de tudo, devo agradecer — e o faço como Presidente da República — o papel extraordinário que foi desempenhado pela mulher brasileira quando dos últimos acontecimentos que culminaram com a crise político-militar que abalou o País.

A mulher brasileira foi, então, de uma bravura e de uma coragem que a História da nossa pátria saberá registrar. Portou-se com uma valentia extraordinária na luta pela defesa da legalidade, dessa mesma legalidade cujo clima lhe permite, como agora, vir democraticamente conversar com o Governo, para discutir os problemas que afligem a família brasileira.

Tem-nos preocupado imensamente a situação difícil em que vivem as classes pobres do País. Reconhecemos que o custo de vida, que se tem elevado de maneira alarmante nos últimos meses, constitui no momento um dos motivos de maior preocupação para o nosso povo e para os homens que têm responsabilidade na direção do País.

Há poucos dias, numa das reuniões do Conselho de Ministros, tendo-se em conta a gravidade do problema, foi criada uma comissão de alto nível, constituída por Ministros de Estado, para, com prioridade, tratar do assunto, considerado por todos nós como de capital importância para a vida brasileira, ou melhor, para a sobrevivência das nossas instituições democráticas. Essa comissão, de que fazem parte os Ministros da Agricultura, da Fazenda, da Viação e Obras Públicas e da Indústria e Comércio, tem como objetivo principal o exame da situação atual do custo de vida no País e a consequente determinação de providências rápidas e concretas visando à contenção do alto custo de vida, que vem criando no seio do povo brasileiro novas fontes de sofrimento.

Nos memoriais, cuja leitura ouvi atentamente nesta honrosa visita, que recebo com agrado, de tão legítimas representantes das entidades que lutam pelo bem-estar nacional, encontro palavras de leal colaboração e as recebo como uma patriótica ajuda oferecida ao Governo recém-instalado depois de uma das crises mais violentas por que passou o organismo da Nação, depois dos dias tenebrosos que viveu a nossa pátria, durante os quais foram emitidos, em uma semana, 54 bilhões de cruzeiros. Como se sabe, essa emissão desordenada foi a causa principal do recente encarecimento do custo das utilidades.

Ouvi a leitura dos memoriais e, por tratarem êles de assuntos que vêm merecendo o melhor acatamento dos homens do Governo, prometo às dignas patrícias que ainda hoje os enviarei ao Conselho de Ministros, para que amanhã, em sua reunião semanal, possa o Gabinete, muito especialmente o seu ilustre Presidente, tomar contato direto com o pensamento das donas de casa, empenhadas em trazer ao poder público a sua contribuição na defesa dos interesses da família brasileira. Farei chegar ao Gabinete não somente os memoriais, mas tôdas as sugestões pessoais que me foram apresentadas pelas mulheres da Guanabara, de Minas Gerais, de São Paulo e pela mulher "candango" de Brasília, que vem sofrendo, além do tremendo impacto do alto custo de vida, as consequências de outro problema que tanto preocupa os dirigentes da nova Capital da República — o desemprego, a falta de pão e de trabalho para milhares de famílias que aqui vivem cheias de esperança,

com os olhos voltados para os destinos da pátria comum, ansiosas de contribuir para a construção da grande cidade brasileira.

Estejais tôdas vós certas de que, da minha parte, não faltará a colaboração para que as providências necessárias sejam tomadas. Não só encaminharei os memoriais ao Gabinete. Dentro das atribuições que me cabem, tudo farei para que sejam transformadas em medidas concretas, em leis ou em providências, as aspirações que trazem ao Govêrno as mulheres brasileiras, essas incansáveis donas de casa, que são as que mais sentem e melhor compreendem a situação difícil que ora atravessa o País, porque são as que sofrem diretamente os rigores da miséria e das dificuldades ao fim de cada mês, quando os orçamentos domésticos não mais suportam a elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

Agradeço sensibilizado as palavras de colaboração e de apoio das senhoras brasileiras que hoje me visitam na Capital da República. A colaboração que me trazem é fruto de uma experiência sofrida todos os dias em contato com a realidade, e o Govêrno dela necessita. É preciso que as donas de casa do Brasil, especialmente as que se organizam em entidades de classe, se mantenham sempre vigilantes, não sòmente na defesa do regime democrático em que vivemos e que nos permite conversar, de igual para igual, povo e Govêrno, como também na permanente vigilância contra aquelas forças e aquêles grupos a que se referem os memoriais, contra os açambarcadores de tôda espécie, os exploradores que insistem em continuar enriquecendo à custa do empobrecimento da Pátria e da miséria do povo. Tenho a certeza de que a mobilização da mulher brasileira há de contribuir decisivamente para que o patriotismo dos homens que compõem o Congresso Nacional e o Conselho de Ministros transporte para a realidade as medidas solicitadas pelas entidades aqui representadas.

Estou certo de que o Parlamento transformará brevemente em realidade as justas aspirações do povo, quais sejam aquelas que dizem respeito ao acesso à terra dos agricultores que a regam com seu suor e seu sacrifício; as legítimas reivindicações das donas de casa, das populações pobres, que não podem permitir que se continue a assistir sem protesto à sangria da nossa economia através da evasão de divisas para o exterior, quando o povo aqui

vive na miséria e no sacrifício. Tenho a certeza, também, de que a prorrogação da Lei do Inquilinato é outra medida que se impõe e que contará com a boa vontade de todos os representantes do povo no Parlamento, que hão de sentir nas ruas o que sentem as donas de casa dentro dos seus lares, isto é, a preocupação e a angústia diante dos problemas cotidianos.

Entendo que não se deve apenas prorrogar a Lei do Inquilinato, atingindo os que já alugam prédios nas grandes cidades. É necessário que também se regulamente em termos definitivos a situação de milhares de apartamentos e de casas que se constroem em São Paulo e no Rio e que não podem ser alugados em razão de o povo não lhes suportar os preços dos aluguéis. Na regulamentação desses preços o legislador deve tomar por base o custo real por metro quadrado da construção. De outra forma o povo não poderá ter acesso a esses milhares de apartamentos que se levantam nas grandes cidades brasileiras e estão vazios porque a ganância dos seus proprietários não encontra as barreiras da lei e da repressão do Estado.

Encaminharei também, com a maior satisfação, as providências que se referem ao amparo que o Govêrno deve dar à criança brasileira, especialmente a que recebe o ensino primário.

Devo terminar, mas, antes de fazê-lo, quero agradecer a tôdas vós, que aqui viestes com a vossa contribuição para o bem-estar da coletividade nacional, pelo vosso esforço em aqui virdes, vencendo dificuldades, pois durante mais de 30 horas viajastes para êste encontro, com o patriótico objetivo de entregar-me a mensagem de confiança na ação do Govêrno, indicando-lhe ao mesmo tempo medidas através de cuja concretização possa o poder público ir ao encontro dos anseios da mulher brasileira, anseios que são iguais aos de todos os homens dêste País que lutam pelo seu engrandecimento. A tôdas vós apresento o testemunho da minha gratidão e a certeza de que não pouparei esforços para, com a ajuda de Deus e a colaboração das entidades que representais, fazer tudo quanto nos fôr possível no sentido de diminuir a distância que separa o Brasil da sua emancipação econômica e da sua redenção.

Quero ainda dizer às mulheres brasileiras, e às entidades de classe que as representam, que tôda vez que sintam os problemas invadirem os seus lares, tôda vez que considerem chegado o momento de trazer ao Govêrno a sua colaboração, façam-no livremente. Por isso mesmo, desde êste momento, estão convidadas pelo Presidente da República a manter um constante entendimento com o poder público na luta contra as fôrças poderosas que, opondo-se ao Govêrno, estão também se opondo a todos os brasileiros.